

TUTELA ADMINISTRATIVA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: A RELEVÂNCIA DO PROJETO DE LEI 5.916/2013 PARA A PROTEÇÃO DOS VULNERÁVEIS E A EFETIVIDADE DO CDC

*ADMINISTRATIVE SUPERVISION IN CONSUMER RELATIONS:
THE RELEVANCE OF DRAFT LAW 5,916/2013 FOR THE
PROTECTION OF VULNERABLES AND THE EFFECTIVENESS OF CDC*

JOSEANE SUZART LOPES DA SILVA

Promotora de Justiça do Consumidor de Salvador/BA. Professora Adjunta da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFBA. Diretora do BRASILCON para a Região Nordeste. Coordenadora Científica do Projeto de Extensão ABDECON/FDUFBA.
joseane.suzart@outlook.com

Recebido em: 04.02.2019
Aprovado em: 08.06.2019

ÁREAS DO DIREITO: Administrativo; Consumidor

RESUMO: Trata o presente artigo sobre a importância da Tutela Administrativa nas Relações de Consumo e a relevância da aprovação do Projeto de Lei 5.916/2013 para o seu fortalecimento em prol da proteção dos mais vulneráveis. A hipótese central da pesquisa empreendida consiste em verificar se uma atuação mais profícua dos órgãos públicos, instituídos para o tratamento dos interesses e direitos dos destinatários de bens, geraria mais efetividade para o microsistema arrematado pela Lei Federal 8.078/90, contribuindo adrede para amenizar a sobrecarga do aparato jurisdicional. Destina-se a primeira parte desta produção a abordar o princípio da intervenção estatal e a atuação do poder público na seara mercadológica nos espectros organizacional, político, normativo, fiscalizador e sancionador, transpondo-se a abordagem para a atual estrutura do Sistema

ABSTRACT: This article deals with the importance of Administrative Tutorship in Consumer Relations and the relevance of the approval of the Draft Law n. 5,916/2013 for its strengthening in order to protect the most vulnerable. The central hypothesis of the research undertaken is to verify if a more profitable action of the public agencies, instituted for the treatment of the interests and rights of the recipients of goods, would generate more effectiveness for the micro system reincorporated by Federal Law no. 8,078/90, contributing purposely to soften the overload of the judicial apparatus. The first part of this production is intended to address the principle of state intervention and the performance of public power in the marketing sector and in the organizational, political, regulatory, supervisory and sanctioning factors, transposing the approach to the current structure